

Panorama da graduação em música no Brasil: breve análise a partir do Censo da Educação Superior - 2020 do Inep

Micael Carvalho dos Santos

Universidade Federal do Maranhão

orcid.org/0000-0001-5802-9015

micael.carvalho@ufma.br

SANTOS, Micael Carvalho dos. Panorama da graduação em Música no Brasil: breve análise a partir do Censo da Educação Superior - 2020 do Inep. *Revista da Abem*, v. 31, n. 1, e31101, 2023.

Panorama da graduação em música no Brasil: breve análise a partir do Censo da Educação Superior - 2020 do Inep

Resumo: O objetivo deste artigo é descrever e analisar os principais dados estatísticos de 2020 a respeito da educação superior em Música no Brasil a partir dos resultados divulgados pelo Censo da Educação Superior, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep em 2022. A pesquisa documental, que conta com coleta de dados via internet, é utilizada como metodologia para o levantamento e a análise das bases de informação. Os principais indicadores dos cursos de graduação em Música no Brasil apresentam o perfil localizado em cinco pontos, revelando que: a) a quantidade de cursos de licenciatura em Música é mais que o dobro do número de cursos de bacharelado em Música, no Brasil; b) os cursos de graduação em Música concentram-se nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas; c) os cursos de bacharelado nas IES públicas apresentam-se em uma quantidade superior ao dobro desses cursos nas IES privadas; d) o número de cursos de licenciatura em Música nas IES públicas e privadas são próximos, bem como o número de matrículas; e) o número de concluintes nas IES públicas é maior nos cursos de bacharelado em Música e menor nas licenciaturas.

Palavras-chave: Graduação em Música. Formação em Música. Música no Brasil. Bacharelado em Música. Licenciatura em Música.

The overview of the undergraduate studies in Music in Brazil: a brief analysis based on the Census of Higher Education - 2020 from Inep

Abstract: The goal of the present article is to describe and analyze the main statistic data of 2020, regarding the higher education in Music in Brazil, which was provided in 2022 by the National Institute of Educational Studies and Researches (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep), and released by the Census of 2020. The documentary research, with the online data collection, is used as methodology for the collection and analysis of the information base. The main indicators of the undergraduate courses in Music in Brazil present a profile located in five points, revealing that: a) In Brazil, the licentiate undergraduate courses in Music represent more than double of the bachelor of music undergraduate courses; b) the undergraduate courses in Music are concentrated in the public Universities (Instituições de Ensino Superior – IES); c) the public universities possess an amount of bachelor of music undergraduate courses that represents more than the double of the private universities; d) the number of licentiate undergraduate courses in public and private universities is offered in an approximate quantity, as well as the amount of enrollments; e) the total of seniors in the public universities is bigger in the bachelor of music and smaller in the licentiate undergraduate courses in Music.

Keywords: Undergraduate studies in music. Professional development in Music. Music in Brazil. Bachelor of music. Licentiate in music.

Panorama de graduación en música en Brasil: breve análisis a partir del Censo de Educación Superior del Inep - 2020

Resumen: Este artículo tiene como objetivo describir y analizar los principales datos estadísticos del 2020 de la Educación Superior en Música en Brasil desde los resultados divulgados por el Censo y datos por el Instituto Nacional de Estudios y Pesquisas Educativas – Inep en 2022. La investigación documental, con la recogida de datos por Internet, es utilizada como metodología para la búsqueda y el análisis de bases de información. Los principales indicadores de los cursos de graduación en Música en Brasil evidencian el perfil localizado en cinco puntos y revelan que: a) los cursos de profesorado en Música son más que el doble de los cursos de licenciatura en Música en Brasil; b) los cursos de graduación en Música se concentran en las Instituciones de Enseñanza Superior (IES) públicas; c) los cursos de licenciatura en las IES públicas poseen una cantidad mayor que el doble de las IES privadas; d) tanto el número de cursos de profesorado en Música como el número de matriculados son ofertados de forma aproximada entre las IES públicas y privadas; e) el número de los que concluyen en las IES públicas es mayor en la Licenciatura en Música y menor en el profesorado en Música.

Palabras clave: Graduación en Música. Formación musical. Música en Brasil. Licenciatura en Música. Bachillerato en música.

Introdução

Para pensarmos a produção de conhecimento em Música, em suas diversas áreas, o levantamento, por meio de pesquisas com dados educacionais, sobre o panorama dos cursos de formação superior no Brasil é fundamental. Os dados e indicadores educacionais contribuem para uma compreensão mais aproximada do retrato da educação no país.

Este artigo objetiva descrever e analisar brevemente os dados estatísticos da educação superior em Música no Brasil a partir dos resultados divulgados pelo Censo da Educação Superior - 2020, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022¹. Para isso, num primeiro momento apresentamos e analisamos os principais dados da educação superior no país, considerando os dados gerais das instituições e dos cursos de graduação presencial e a distância. Num segundo momento, analisamos os dados dos cursos de graduação em Música (licenciatura e bacharelado), destacando a quantidade de cursos por categoria administrativa, o número de cursos por grau acadêmico, a relação entre matrículas e número de concluintes, além de apresentar os dados por Unidade Federativa (UF) e o quadro de dados por região geográfica.

Como metodologia, utilizamos a pesquisa documental, com coleta de dados pela internet, considerando este espaço como um "instrumento primário de pesquisa" (Sampsel, 2009).

O Censo da Educação Superior

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), inicialmente, denominava-se Instituto Nacional de Pedagogia. O Inep foi criado em 1937, no Rio de Janeiro e, por meio do Decreto-Lei 580, sua estrutura e organização foram regulamentadas, passando a se chamar Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. No entanto, somente em 1938 o órgão iniciou suas atividades. Em 1972, o Inep foi transformado em órgão autônomo, ganhando uma nova nomenclatura: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. A mudança da sede do Inep

¹ Até a data de submissão deste artigo, não havia divulgação do novo Censo. No mês de novembro de 2022, os primeiros documentos do Censo da Educação Superior, referentes ao ano de 2021, foram divulgados no portal do Inep. Em uma leitura mais pontual dos dados da Sinopse e do Resumo Técnico, percebemos que não há uma alteração substancial nos dados que são avaliados neste trabalho.

do Rio de Janeiro para Brasília ocorreu no ano de 1976. Hoje, o Instituto trabalha nas seguintes áreas de atuação: a) avaliações e exames educacionais; b) pesquisas estatísticas e indicadores educacionais; c) gestão do conhecimento e estudos educacionais.

No ano de 2022, o Inep, por meio da Coordenação de Estatísticas, Indicadores e Controle de Qualidade do Censo da Educação Superior (CEICQCES), da Coordenação-Geral de Controle de Qualidade e Tratamento da Informação (CGCQTI) e da Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed), apresentou o Censo da Educação Superior de 2020. O Censo da Educação Superior ocorre anualmente e tem como referência o ano anterior ao ano corrente em que acontece a coleta. O instituto (Inep, 2022c) destacou em seu resumo técnico do Censo que, por conta do impacto da pandemia da Covid-19 nos calendários acadêmicos, a orientação para as Instituições de Ensino Superior (IES) era o preenchimento dos módulos Aluno, Curso e Docente até o dia 30 de junho de 2021.

Os dados do Censo da Educação Superior de 2020 foram divulgados em 2022 pelo Inep, a partir de seu portal². Este Censo é um instrumento de pesquisa brasileiro sobre as Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica (Inep, 2022b), conforme a Lei nº 9.448/1997. "O Censo Superior consiste em uma pesquisa estatística operacionalizada pelo Inep, anual e declaratória, realizada em todo o território nacional, via internet, por meio do sistema Censup, e empreendida por meio de coleta de dados descentralizada" (Brasil, 2008 *apud* Inep, 2022c, p. 11).

O estudo estatístico do Inep utiliza informações do cadastro do Sistema e-MEC³, onde são mantidos os registros das IES, seus cursos e locais de oferta. Sobre o Censo da Educação Superior é importante destacar que

o objetivo da coleta é oferecer informações estatísticas confiáveis, que permitam conhecer e acompanhar o sistema brasileiro de educação superior; subsidiar o Ministério da Educação com informações estatísticas para as atividades de acompanhamento e avaliação, programas de expansão e de melhoria da qualidade deste nível de ensino, entre outros; disponibilizar dados para o cálculo de indicadores que fundamentam a formulação e a implementação de políticas

² <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>.

³ O e-MEC, regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, é uma base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior - IES, independentemente de Sistema de Ensino. Site do e-MEC: <<https://emec.mec.gov.br/>>.

públicas e contribuir com o trabalho dos gestores das IES e demais gestores de governo, de instituições de âmbito público ou privado, pesquisadores, especialistas e estudantes do Brasil e de outros países, bem como de organismos internacionais (Inep, 2022b, não paginado).

Os microdados são estruturados pelo *Comma-Separated Values* (CSV) – que consiste numa implementação de arquivos de textos separados por um delimitador (ponto e vírgula) –, o qual é compatível com softwares estatísticos ou de manipulação de dados, servidores de dados e planilhas eletrônicas (Excel, Calc, dentre outros) (Inep, 2022a).

A partir da Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed), o Inep desenvolve um conjunto de ações que objetivam disseminar dados que estão no site do Instituto. Destacamos: a) Sinopses Estatísticas da Educação Superior, que disponibilizam uma série de dados educacionais dimensionados ao nível de Unidade da Federação; b) Indicadores Educacionais, que permitem consultar os Indicadores de Fluxo da Educação Superior, calculados sistematicamente pelo Inep, inclusive ao nível de cursos. Podemos encontrar, ainda, uma vasta quantidade de dados e informações históricas sobre a educação brasileira, que se encontram disponíveis no Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec).

A Sinopse Estatística da Educação Superior é a consolidação dos dados coletados pelo sistema CENSUP (Sistema do Censo da Educação Superior) junto às IES. A partir dos microdados do Censo de 2020, destaco a organização dos dados, realizada neste estudo, divididos em categorias e por quantidade de tabelas relacionadas a elas.

Categoria	Quantidade de tabela
Instituições e Dados Gerais de Cursos de Graduação Presencial e a Distância	17
Docentes e Funcionários Técnico-Administrativos	08
Cursos	02
Processo Seletivo	05
Matrículas	05
Concluintes	05
Graduação a Distância	07
Sequencial de Formação Específica Presencial e a Distância	04
Instituições Federais	04
Número total de tabelas	57

Tabela 1: Relação dos temas das tabelas e suas respectivas quantidades.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Inep (2022).

O processo de coleta, tratamento e divulgação dos dados educacionais é fundamental para a elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas voltadas para a democratização do acesso à educação no Brasil. Além das informações educacionais elaboradas pelo Inep, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são essenciais para a análise de outros fatores/indicadores e suas possibilidades de incorporação em pesquisas acadêmicas nas diversas áreas do conhecimento. A partir desses dados, temos condições concretas para analisar e discutir como a educação superior no Brasil está estruturada e quais são os principais desafios para a área no país, considerando sua histórica desigualdade social, bem como os principais marcadores dos sujeitos que compõem essas instituições de ensino.

Vale destacar que atravessamos um contexto sóciopolítico de desmonte na Educação, na Ciência e Tecnologia (C&T) e em demais áreas estratégicas para o desenvolvimento social, que alcançam profundamente a realização de censos no país, sejam eles educacionais (realizados anualmente pelo Inep) ou demográficos (realizados a cada dez anos pelo IBGE). Em 2021, por exemplo, o corte no orçamento do Censo Demográfico foi de 96%⁴, o que inviabilizou sua realização no ano em questão. Apenas em 2022, com a emenda no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), foi possível iniciar a coleta de dados, no início do mês de agosto.

Educação Superior no Brasil

Na perspectiva de analisar os dados da graduação em Música no Brasil, mesmo que de forma breve e limitada, é necessário situar o universo desses cursos de Instituições de Educação Superior. Desse modo, apresentamos o quadro da rede de educação superior brasileira no ano de 2020.

Ano	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2020	2457	112	91	12	310	140	1752	40	n.a ⁵

Tabela 2: Instituições de Educação Superior por organização acadêmica Fonte: Inep (2022a).

⁴ <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/04/4919850-cortes-orcamentarios-podem-empurrar-censo-para-2023-alerta-sindicato.html>.

⁵ Não se aplica, pois esse tipo de organização acadêmica existe somente na esfera pública.

Na Tabela 2, percebe-se que, hoje, no Brasil, há 2457 IES, sendo 304 públicas e 2153 privadas. Nesse montante, o Inep destaca os números das universidades (203), centros universitários (322), faculdades (1892), IF e Cefet (40).

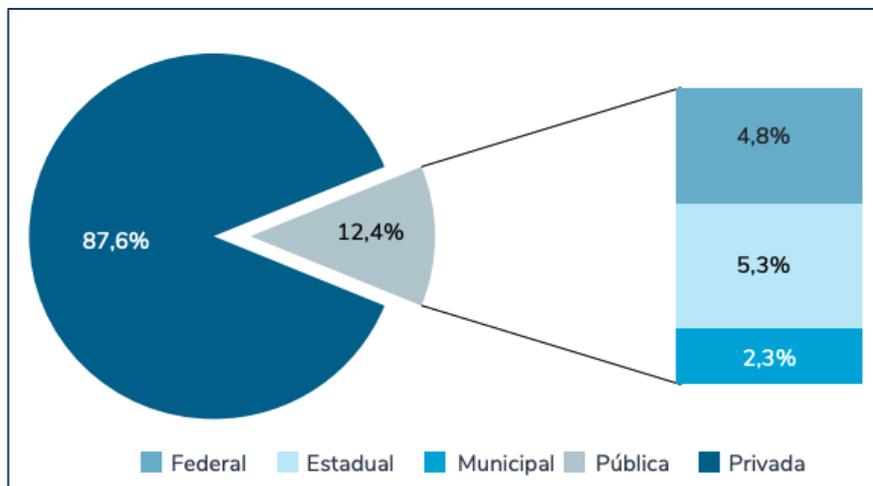


Gráfico 1: Percentual do número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa - 2020. Fonte: Inep (2020a).

As **universidades** gozam de autonomia, podendo criar ou extinguir cursos, tendo uma obrigatoriedade de compor seu quadro docente com pelo menos 1/3 de mestres(as) e doutores(as). Além disso, devem trabalhar com regime de dedicação exclusiva (DE). Há também a obrigatoriedade de oferta de, no mínimo, 4 programas de pós-graduação *stricto sensu*, com pelo menos um curso de doutorado. O ensino, a pesquisa e a extensão são dimensões obrigatórias da atividade acadêmica para a constituição das universidades.

Os **centros universitários** possuem limitações administrativas. Devem ter pelo menos 1/5 do corpo docente em regime de DE e 1/3 com titulação de mestrado ou doutorado. Para as **faculdades**, a exigência é que o corpo docente seja composto por, no mínimo, 1/3 de especialistas. Além disso, necessitam de autorização prévia do MEC para criar cursos.

Os **Centros Federais de Educação Tecnológica** (CEFET) foram criados em 1978, em substituição às escolas técnicas federais e/ou escolas agrotécnicas federais, e se constituíram como uma rede de institutos brasileiros de ensino, pertencentes à esfera federal, vinculados ao MEC. Podem ofertar cursos nos níveis de ensino médio, técnico e superior.

Os **Institutos Federais** (IF) são instituições de ensino superior, básica e profissional, especializados na oferta de cursos de educação profissional e tecnológica⁶. Foram criados em 2008, a partir da lei que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Lei 11.892/2008), em que parte significativa dos CEFET⁷ se converteu em IF.

Em relação às IES públicas, os dados do Inep apontam que no ano de 2020 havia: 42,4% estaduais (129 IES), 38,8% federais (118) e 18,8% municipais (57). A maioria das universidades é pública (55,2%). Nas IES privadas, predominam as faculdades, com o percentual de 81,4%. Quase 3/5 das IES federais são universidades e 33,9% são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) (Inep, 2022b).

Vale destacar, que a maioria das pesquisas no Brasil estão concentradas nas universidades públicas⁸, com cerca de 95% das produções científicas, de acordo com dados da *Research in Brazil*. O artigo publicado por *Clarivate Analytics* apontou que, das 20 universidades que mais publicam, 05 são estaduais e 15 são federais.

No retrato das Instituições de Educação Superior, os cursos de bacharelado continuam concentrando a maioria dos ingressantes, sendo 55,1%. Os cursos tecnológicos ficam em segundo lugar, com o percentual de 26%, e os de licenciatura com 18,5% (Inep, 2022a). A rede privada, além de concentrar o maior número de instituições de ensino superior, acumula o maior percentual de estudantes que concluíram os cursos de graduação, perfazendo 84% contra 16% da rede pública. Com relação à modalidade de ensino, o Censo demonstrou que o número de matrículas nos cursos de graduação presencial⁹ teve um percentual negativo de -9,4% entre 2019 e 2020 (Inep, 2022a), ou seja, o número de matrículas nessa modalidade reduziu. Já nos cursos de graduação a distância¹⁰, o número aumentou

⁷ Hoje, no Brasil, existe CEFET em dois estados: Rio de Janeiro e Minas Gerais.

⁸ Publicação feita por *Clarivate Analytics* a pedido da CAPES. No período entre 2011-2016, o Brasil publicou mais de 250.000 artigos na base de dados *Web of Science* em todas as áreas do conhecimento, correspondendo à 13ª posição na produção científica global (mais de 190 países). Disponível em: <https://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>

⁹ "Modalidade de oferta que pressupõe presença física do estudante às atividades didáticas e avaliações. Nos cursos reconhecidos pelo MEC, as atividades presenciais devem representar no mínimo 80% da carga horária total" (Inep, 2022c, p. 70).

¹⁰ "Modalidade educacional na qual a mediação nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos" (Inep, 2022c, p. 70).

em 26,17%. Na série entre 2010 e 2020, os números de matrículas nos cursos de graduação a distância aumentaram em 233,9%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi de apenas 2,3%, nesse mesmo período (Inep, 2022a).

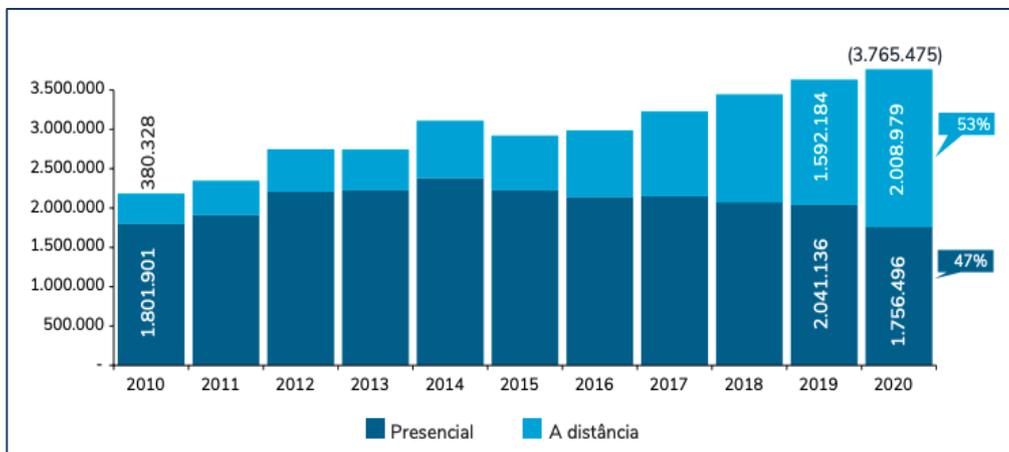


Gráfico 2: Número de ingressos em cursos de graduação por modalidade de ensino – 2010 - 2020. Fonte: Inep (2020a).

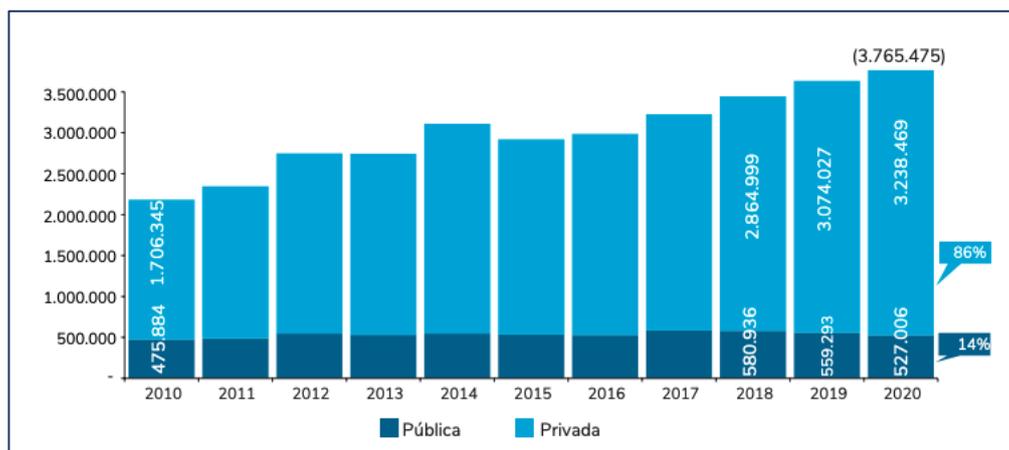


Gráfico 3: Número de ingressos em cursos de graduação por categoria administrativa – 2010 - 2020. Fonte: Inep (2020a).

A partir do Gráfico 2 e do Gráfico 3, percebemos que: em 2020, o número de ingressantes teve um crescimento de 3,6% em relação a 2019; houve uma redução nesse número na rede pública (-5,8%), entre 2019 e 2020; a rede privada permanece com expansão do número de ingressantes. Nesse período de dez anos, é possível observar o crescimento da rede privada em 89,8% e o da rede pública em 10,7%. Pode-se inferir, portanto, que o aumento da quantidade de cursos EaD se deu, prioritariamente, em IES privadas.

Nesse cenário, Barros (2015) explica que iniciativas como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

(Reuni) contribuíram para o aumento da oferta de cursos superiores no Brasil, com destaque para a expansão dos cursos na modalidade EaD.

Sobre esse crescimento Chaves (2019) destaca que:

No contexto do capitalismo financeiro, a educação deixou de ser direito social e foi transformada em serviço altamente lucrativo, favorecendo a expansão do setor privado-mercantil no Brasil. A expansão do ensino superior por meio do setor privado-mercado deve ser analisada nesse contexto global de valorização do capital. É a partir da "mundialização financeira do capital" que se consolida o atendimento educacional via grandes empresas, cujo objetivo é declaradamente o lucro (Chaves, 2019, p. 67).

Diante desse panorama, apesar de não ser objeto de análise deste artigo, vale frisar as relações que os governos estabelecem com suas políticas de "gastos" da União. Chaves (2019) ressalta que boa parte dos recursos públicos foram destinados à iniciativa privada por meio do Prouni¹¹ e do Fies¹². Para a autora,

o ProUni e o FIES constituem-se mecanismos governamentais de fortalecimento da mercantilização, da privatização e da financeirização do ensino superior brasileiro, na medida em que patrocinam o aumento do patrimônio líquido dos grupos educacionais privados-mercantis (Chaves, 2019, p. 71)¹³.

As expressões analisadas pela autora não excluem a possibilidade de análise das contradições envolvidas nesse processo de expansão da educação superior, considerando-se que houve um aumento expressivo do número de pessoas das classes mais empobrecidas da sociedade tendo acesso às IES. Ainda é fundamental a avaliação da expansão das IES públicas por meio do Reuni, programa a partir do qual muitos cursos superiores de música foram criados.

O Censo realizado pelo Inep apresenta, ainda, o perfil geral docente das IES destacando que o número de docentes, na rede pública, com vínculo de tempo integral aumentou 40,8%, nos últimos dez anos. No entanto, os indicadores apontam uma queda dos docentes em tempo integral e parcial entre os anos de 2019 e 2020. Essa movimentação ocorreu tanto na rede pública quanto na rede privada (Inep,

¹¹ Programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior, não reembolsável (Inep, 2022c).

¹² Programa de financiamento federal destinado a estudantes brasileiros da educação superior que necessitam de apoio para arcar com os custos de sua formação (Inep, 2022c).

¹³ Para uma análise mais aprofundada dos programas e seus impactos na educação superior brasileira, indicamos Maringoni (2017) e Chaves e Amaral (2016).

2022c). O número de docentes horistas¹⁴ aumentou nesse mesmo período. Os cursos de licenciatura têm o maior percentual (74,8%) de docentes com o regime de trabalho em tempo integral (Inep, 2022a). Dos 366.289 docentes em exercício nas IES, 53,2% estão nas instituições privadas e 46,8% nas públicas (Inep, 2022a).

Além disso, a titulação dos docentes na rede pública apresenta-se em maior grau, tendo essas instituições um percentual significativo de doutores, 69,07%. Nos cursos presenciais, a maior parte dos docentes é composta por doutores (57,3%) e, na modalidade EaD, por mestres (49,5%) (Inep, 2022a).

Há outros elementos de caracterização das IES no país que podem colaborar com análises mais acentuadas sobre vários objetos de pesquisa como financiamento da educação, perfil docente, perfil discente, evasão, expansão do ensino superior, educação especial no ensino superior, modalidades de ensino, oferta de cursos e relação com os turnos, dentre outros. No entanto, para a discussão proposta neste artigo, nos limitamos a essas apresentações mais extensas do quadro da educação superior no Brasil, compreendendo que é necessário apresentar um retrato mais geral das IES para auxiliar na compreensão dos indicadores apresentados para os cursos de graduação em Música do país.

Os cursos de Música Licenciatura e Bacharelado no Brasil

A partir do Censo da Educação Superior - 2020 (Inep, 2022a) trabalhamos no tratamento das informações contidas nas tabelas da pasta de microdados, em suas abas de número 1.14 (Dados Gerais dos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Categoria Administrativa das IES, segundo as Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Tipo de Cursos - Brasil - 2020) e 1.15 (Dados Gerais dos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Categoria Administrativa das IES, segundo o Tipo de Cursos - Brasil - 2020), parte da seção 1 da planilha, que trata dos dados gerais das IES.

Para compreensão dos descritores da tabela, é importante apontar que a nomenclatura "Música" se trata dos cursos de bacharelado em Música e "Música Formação de Professores" refere-se aos cursos de licenciatura em Música.

¹⁴ "Regime de trabalho em que o docente é contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária, ou que não se enquadra em outros regimes de trabalho" (Inep, 2022c, p. 72).

Mantivemos, portanto, nas primeiras tabelas, quadros e gráficos os nomes apresentados na coluna "Área geral, Área detalhada e Tipos de cursos".

De acordo com o Censo, a situação do total de instituições que oferecem os cursos de licenciatura e bacharelado em Música, acompanhado dos dados dos números de cursos, matrículas e concluintes, é a seguinte:

Número de instituições que oferecem o Curso			Número de Cursos			Matrículas			Concluintes		
Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Música											
42	30	12	160 ¹⁵	134	26	4722	3853	869	549	382	167
Música Formação de professor											
107	61	46	128	77	51	15808	8127	7681	2100	607	1493

Tabela 3: Dados Gerais dos Cursos de Graduação em Música Presenciais e a Distância, por Categoria Administrativa das IES. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Inep (2022a).

Na tabela, os dados dos cursos são apresentados conjuntamente, sem especificação do número de cursos nas modalidades presencial e EaD, apenas estratificando-se os dados por categoria administrativa¹⁶. As categorias podem ser classificadas em 6 tipos:

- a) **Especial** – enquadra-se nesta categoria a instituição de educação superior criada por lei, estadual ou municipal, e existente na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, que não seja total ou preponderantemente mantida com recursos públicos, portanto, não gratuita.
- b) **Privada com fins lucrativos** – enquadra-se nessa categoria a instituição de educação superior mantida por ente privado, com fins lucrativos.
- c) **Privada sem fins lucrativos** – enquadra-se nessa categoria administrativa a instituição de educação superior mantida por ente privado, sem fins lucrativos, podendo ser beneficente ou não beneficente.

¹⁵ O número de cursos de Bacharelado é maior que o número das licenciaturas pelo fato de a contabilidade feita pelo Inep se dar por habilitação.

¹⁶ “Categoria Administrativa refere-se à gestão administrativa da instituição, podendo ser pública, quando gerida por ente público, e privada, quando gerida por ente privado” (Inep, 2022c, p. 65).

d) Pública estadual – enquadra-se nessa categoria administrativa a instituição de educação superior mantida pelo Poder Público Estadual, com gratuidade de matrículas e mensalidades).

e) Pública federal – enquadra-se nessa categoria a instituição de educação superior mantida pelo Poder Público Federal, com gratuidade de matrículas e mensalidades.

f) Pública municipal – enquadra-se nessa categoria a instituição de educação superior mantida pelo Poder Público Municipal, com gratuidade de matrículas e mensalidades (Inep, 2022c, p. 65-66).

O número de IES que ofertam cursos de licenciatura em Música apresenta quantitativo maior em relação às que oferecem bacharelado em Música, conforme os gráficos a seguir:

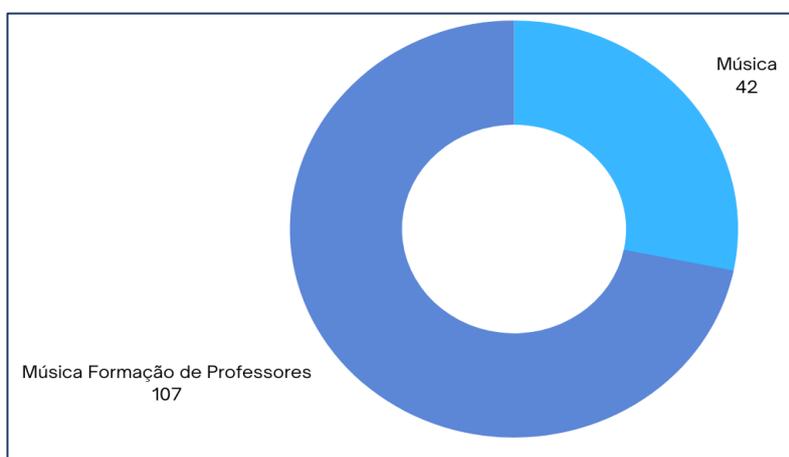


Gráfico 4: Quantidade de IES que ofertam cursos de Música (Licenciatura e Bacharelado). Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo da Educação Superior do Inep - 2020 (2022).

Percebemos que tanto as IES que ofertam os cursos de bacharelado como as que oferecem cursos de licenciatura em Música se concentram nas instituições públicas, conforme o Gráfico 5.

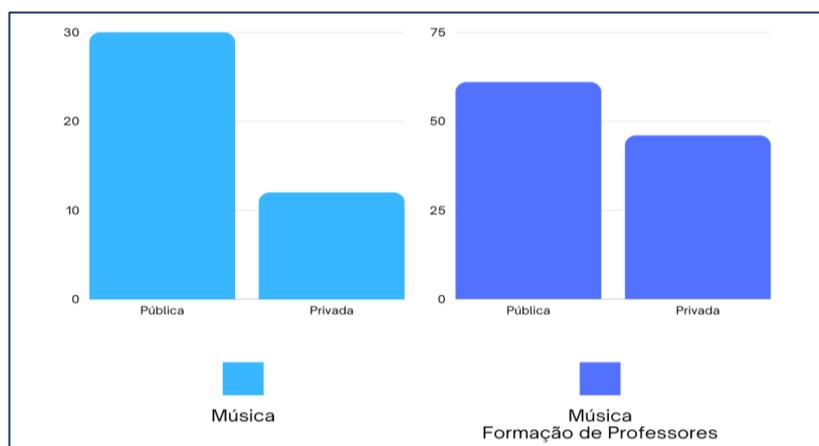


Gráfico 5: Quantidade de IES que ofertam curso de Música por categoria administrativa. Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo da Educação Superior do Inep - 2020 (2022).

Nas licenciaturas, o percentual de cursos nas IES públicas é de pouco mais que 57%, enquanto que nas privadas é de pouco mais que 42%. Já nos cursos de bacharelado, o percentual nas IES públicas é de 71,42% e nas privadas de 28,47%. Esses dados podem indicar que, por se tratar de um curso que não está no escopo do que se considera como formação emergente para atender às demandas imediatas do mercado de trabalho – sob uma lógica de desenvolvimento capitalista –, as instituições privadas de ensino, em sua maioria, não ofertam essa formação considerando o objetivo lucrativo com suas vendas de pacotes educacionais.

Com relação às matrículas, a concentração permanece nas universidades públicas, tendo o curso de licenciatura 15.808 matrículas (8127 nas públicas e 7681 nas privadas). Nos cursos de bacharelado, o número de matrículas é de 4722 (3853 nas públicas e 869 nas privadas). Essa situação é oposta ao quadro nacional dos cursos de graduação nas IES brasileiras, pois o número geral de matrículas nas IES privadas é cinco vezes maior que nas IES públicas (Inep, 2022c). Os números de ingressantes devem ser avaliados junto aos de concluintes para uma análise mais completa e condizente com o quadro de formação nas graduações em Música do Brasil e com o quadro comparativo entre os que se formam em IES públicas e privadas.

Os números e os percentuais de concluintes devem chamar a atenção, pois, se comparados ao número de matrículas, a diferença é significativa. Nas IES, o número de matrículas nos cursos de bacharelado, como já mencionado, é de 4722 e o número de concluintes é de 549 (382 nas públicas), ou seja, 11,62% de concluintes em relação às matrículas. Já nos cursos de licenciatura, o número de matrículas é de 15.808, enquanto o número de concluintes é de 2100 (13,28% em relação às matrículas), tendo a concentração de formandos nas IES privadas (1493).

As IES públicas apresentaram o número de 607 concluintes em 2020 nos cursos de licenciatura. Desse modo, o compromisso articulado entre as políticas públicas voltadas para a permanência estudantil e avaliações sobre abandono ou trancamento de matrícula deve se constituir como objeto de estudo mais aprofundado. Do mesmo modo, o corpo docente dos cursos de Música pode se debruçar nos mecanismos institucionais para entender essa dinâmica e, dessa forma, fortalecer a área no país. De acordo com Adachi,

No setor público federal, por iniciativa conjunta do Ministério da Educação (MEC), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) e Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), o tema evasão tem sido alvo de análises. O estudo realizado em ANDIFES (1996) permitiu identificar que as causas predominantes da evasão são de três ordens: uma relacionada aos estudantes, outra relacionada aos cursos e às instituições e outra de ordem mais conjuntural, denominada por Polydoro (2000) de “variáveis socioculturais e econômicas”. A última está relacionada ao mercado de trabalho, ao reconhecimento social da carreira escolhida, à qualidade do ensino fundamental e médio, ao contexto socioeconômico e às políticas governamentais (Adachi *apud* Hoffmann; Nunes; Muller, 2019, p. 15).

As variáveis socioculturais e econômicas no processo formativo em Música no Brasil, considerando-se os números apresentados na Tabela 3, necessitam estar acompanhadas das leituras sobre o perfil socioeconômico de estudantes ingressantes nesses cursos, suas trajetórias musicais e suas condições para a permanência durante os anos da graduação. As motivações para a permanência e conclusão desses cursos também podem ser fatores preponderantes para a compreensão desses percentuais relacionados à conclusão¹⁷.

Dessa forma, algumas questões constituem-se indispensáveis: quantos estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* concluem seus cursos de graduação? Quantos estudantes oriundos de escola pública estão no quadro de concluintes? Quantos estudantes negros ingressam, permanecem e concluem seus cursos de licenciatura e bacharelado em Música?¹⁸ Quantos estudantes com deficiência ingressam, permanecem e concluem seus cursos de licenciatura e bacharelado em Música? A relação entre os estudantes que participam de projetos de pesquisa, extensão, Residência Pedagógica, PIBID e os que não fazem parte desses espaços formativos é desigual? Há relação entre o número de alunos que se formam e sua experiência formativa para além dos componentes curriculares prescritos nos Projetos Político Pedagógicos (PPP)?

¹⁷ Sobre motivações na formação de professores de Música, indicamos a leitura da Tese de Doutorado de Oliveira (2015). Em relação à formação em Bacharelado em Música, indicamos a leitura da Dissertação de Mestrado de Coutinho (2014).

¹⁸ Para uma reflexão crítica e aprofundada sobre esta discussão, indicamos a leitura do livro *Música e pensamento afrodiaspórico* (Santos; Santos; Sodré, 2022). Também há outras produções disponíveis no site do Grupo Mwanamuziki – Coletivo de Pessoas Negras Pesquisadoras em Música: <<https://www.coletivomwanamuziki.com/>>.

Outra questão, não menos importante, a ser considerada, é a relação estabelecida entre o PPP dos cursos de Música e as Propostas Curriculares, além das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música (Brasil, 2004)¹⁹. Assim, as indagações provenientes daquilo que é estabelecido nos objetivos da formação em Música (Brasil, 2004) se fazem imprescindíveis: esses cursos estão possibilitando a intervenção na sociedade de acordo com suas manifestações culturais, demonstrando sensibilidade e criação artísticas e excelência prática? Estão viabilizando pesquisa científica e tecnológica em Música, visando a criação, a compreensão e a difusão da cultura e seu desenvolvimento? Desenvolvem um perfil de egresso de modo a atuar, de forma significativa, nas manifestações musicais, instituídas ou emergentes? Desenvolvem uma formação que torne possível atuar nos diferentes espaços culturais? Esses processos formativos estimulam criações musicais e sua divulgação como manifestação do potencial artístico?

Cabe destacar, dessa forma, a necessidade de produções mais específicas das IES que ofertam cursos de Música no país sobre os motivos dessa relação (número de ingressantes *versus* número de concluintes), considerando-se as políticas de permanência estudantil e os perfis dos discentes vinculados aos cursos brasileiros de bacharelado e licenciatura em Música.

Além da relação entre o número de ingressantes e o de concluintes, merecem destaque os dados apresentados pelo Censo sobre matrículas trancadas, matrículas desvinculadas, alunos transferidos para outros cursos nas IES e alunos falecidos:

Bacharelado em Música			
Categorias	Total	Pública	Privada
Matrícula trancada	990	794	196
Matrícula desvinculada	638	208	430
Alunos transferidos para outros cursos na IES	19	13	06
Aluno falecidos	03	02	01

¹⁹ Indicamos as leituras dos artigos de Mateiro (2009), Pereira (2021), Hentschke (2003), Queiroz (2017) e Queiroz (2012).

Licenciatura em Música			
Categorias	Total	Pública	Privada
Matrícula trancada	3777	1891	1886
Matrícula desvinculada	3947	885	3062
Alunos transferidos para outros cursos na IES	110	29	81
Aluno falecidos	03	03	0

Tabela 4: Relação de matrículas trancadas, matrículas desvinculadas, alunos transferidos para outros cursos na IES e alunos falecidos nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Música no Brasil - 2020. Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo da Educação Superior do Inep - 2020 (2022).

A categoria *matrícula trancada* se refere aos alunos que, na data de referência do Censo, trabçaram a matrícula na IES. *Matrículas desvinculadas* referem-se aos alunos que não possuem vínculo com o curso, em que podem se enquadrar motivos como evasão, abandono, desligamento ou transferência para outra IES. *Alunos transferidos para outros cursos na IES* trata daqueles que realizaram transferência interna, isto é, que foram transferidos para outro curso de graduação da mesma IES (Inep, 2022c).

Nos cursos de bacharelado, a maioria das matrículas trancadas está nas IES públicas. As matrículas desvinculadas concentram-se nas IES privadas e o número de alunos transferidos para outros cursos da IES predominam nas públicas. Quanto aos cursos de licenciatura, há uma maior quantidade de matrículas trancadas nas IES públicas, mas sem muita diferença, numericamente, dos dados das IES privadas. As matrículas desvinculadas apresentam um número significativo nas instituições privadas, assim como os dados de alunos transferidos para outros cursos²⁰.

Na tabela 1.16 do Censo da Educação Superior (Inep, 2022a), apresentamos os dados gerais dos cursos de graduação (presencial e a distância) por categoria administrativa das IES, segundo a Unidade da Federação e o tipo de curso, de acordo com os dados coletados em 2020, último ano – até a data da escrita deste artigo – de informações disponíveis no site do Instituto.

²⁰ Como apontado no título deste trabalho, não pretendemos aprofundar todos os dados do Censo de 2020, uma vez que compreendemos as limitações de escrita para um artigo científico e, além disso, considerando-se o tempo que a pesquisa completa levaria para ser desenvolvida. Desse modo, não analisamos os dados das categorias “Seleção para Vagas Novas”, “Seleção para Vagas de Programas Especiais” e “Seleção para Vagas Remanescentes”.

O Inep organizou a tabela dos dados contidos na planilha do item 1.6 de acordo com as 05 (cinco) regiões geográficas brasileiras, a saber: Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins), Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia), Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo), Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) e Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal). Para a sistematização na Tabela 5 a seguir, mantivemos a mesma ordem do que consta nos dados do Inep.

	Número de Instituições que oferecem o Curso			Número de Cursos			Matrículas			Concluintes		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
REGIÃO NORTE												
RONDÔNIA												
Música	01	0	01	01	0	01	31	0	31	10	0	10
Música Formação de professor	04	01	03	01	01	0	101	51	50	18	01	17
ACRE												
Música	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Música Formação de professor	04	01	03	01	01	0	107	99	08	13	13	0
AMAZONAS												
Música	02	01	01	03	03	0	85	85	0	05	05	0
Música Formação de professor	05	02	03	05	05	0	141	100	41	25	17	08
RORAIMA												
Música	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Música Formação de professor	04	01	03	01	01	0	112	96	16	03	01	02
PARÁ												
Música	01	0	01	0	0	0	04	0	04	0	0	0
Música Formação de professor	05	01	04	01	01	0	199	73	126	23	0	23

AMAPÁ												
Música	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Música Formação de professor	05	01	04	02	01	01	109	51	58	0	0	0
TOCANTINS												
Música	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Música Formação de professor	04	01	03	0	0	0	167	140	27	07	0	07
REGIÃO NORDESTE												
MARANHÃO												
Música	01	0	01	0	0	0	04	0	04	0	0	0
Música Formação de professor	09	03	06	02	02	0	1132	1077	55	38	32	06
PIAUÍ												
Música	01	0	01	0	0	0	02	0	02	0	0	0
Música Formação de professor	05	01	04	01	01	0	163	133	30	30	18	17
CEARÁ												
Música	02	01	01	04	04	0	36	29	07	0	0	0
Música Formação de professor	10	05	05	08	08	0	915	837	78	71	57	14
RIO GRANDE DO NORTE												
Música	01	01	0	02	02	0	140	140	0	18	18	0
Música Formação de professor	05	02	03	02	02	0	264	244	20	30	24	06
PARAÍBA												
Música	02	02	0	02	02	0	133	133	0	08	08	0
Música Formação de professor	05	02	03	02	02	0	321	239	82	27	19	08
PERNAMBUCO												
Música	02	01	01	02	02	0	52	50	02	04	04	0
Música Formação de professor	09	03	06	04	03	01	604	401	200	80	50	30

ALAGOAS												
Música	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Música Formação de professor	05	01	04	01	01	0	148	109	39	15	09	06
SERGIPE												
Música	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Música Formação de professor	05	01	04	01	01	0	175	131	44	16	10	06
BAHIA												
Música	03	02	01	07	07	0	37	31	06	11	11	0
Música Formação de professor	11	04	07	05	03	02	655	284	371	86	09	77
REGIÃO SUDESTE												
MINAS GERAIS												
Música	06	04	02	05	04	01	597	445	152	77	59	18
Música Formação de professor	15	08	07	09	08	01	1550	837	713	215	52	163
ESPÍRITO SANTO												
Música	03	02	01	03	03	0	279	274	05	07	07	0
Música Formação de professor	08	03	05	02	02	0	494	342	157	70	31	39
RIO DE JANEIRO												
Música	04	02	02	37	31	06	503	438	65	49	39	10
Música Formação de professor	14	04	10	12	03	09	1439	615	824	189	50	139
SÃO PAULO												
Música	09	03	06	51	38	13	1203	732	471	209	91	118
Música Formação de professor	26	06	20	19	04	15	2805	463	2342	603	44	579
REGIÃO SUL												
PARANÁ												
Música	06	04	02	11	10	01	567	522	45	37	37	0
Música Formação de professor	14	05	09	09	06	03	978	443	535	131	51	80

SANTA CATARINA												
Música	03	01	02	05	04	01	78	54	24	13	09	04
Música Formação de professor	13	03	10	07	02	05	759	172	587	100	28	72
RIO GRANDE DO SUL												
Música	05	03	02	13	11	02	746	709	37	74	67	07
Música Formação de professor	14	05	09	10	05	05	1081	403	678	127	27	100
REGIÃO CENTRO-OESTE												
MATO GROSSO DO SUL												
Música	01	0	01	0	0	0	04	0	04	0	0	0
Música Formação de professor	07	02	05	01	01	0	224	128	96	19	02	17
MATO GROSSO												
Música	01	01	0	06	06	0	33	33	0	07	07	0
Música Formação de professor	06	02	04	01	01	0	143	52	91	20	04	16
GOIÁS												
Música	02	01	01	04	04	0	97	91	06	13	13	0
Música Formação de professor	08	03	05	05	04	01	606	424	182	72	47	25
DISTRITO FEDERAL												
Música	02	01	01	03	03	0	91	87	04	07	07	0
Música Formação de professor	06	01	05	02	02	0	416	183	233	63	12	51

Tabela 5: Dados dos cursos (presenciais e a distância) de Música (bacharelado) e Música e formação de professores (licenciatura) por Unidade Federativa - 2020.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Inep (2022).

Na Tabela 5 percebemos que os estados do Acre, Roraima, Amapá, Tocantins, Alagoas e Sergipe não ofertam cursos de bacharelado (presencial e/ou a distância). Há, portanto, um demarcador geográfico que demonstra que essa situação só se apresenta em estados da região Norte e Nordeste do Brasil.

Todos os estados da federação, além do Distrito Federal, ofertam, pelo menos, um curso de licenciatura. As regiões predominantes na oferta desse curso se

concentram no Nordeste, com 64 cursos, e no Sudeste, com 63. São Paulo e Minas Gerais são os estados que possuem o maior número de oferta, tendo 26 e 15 cursos, respectivamente. Os estados do Acre, Roraima, Rondônia e Tocantins são os que possuem uma menor oferta, com quatro cursos cada um, seguidos dos estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Amapá e Pará, ofertando 5 cursos de licenciatura, presenciais e a distância, cada.

A sistematização dos dados expõe uma concentração de cursos de bacharelado na região Sudeste (22) e uma concentração de cursos de licenciatura na região Nordeste (64) e Sudeste (63), conforme o Gráfico 6 a seguir.

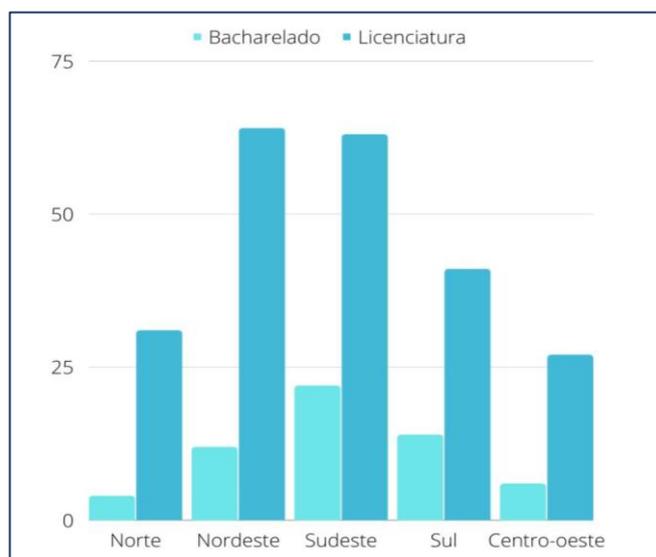


Gráfico 6: Quantidade de cursos (presenciais e a distância) de Música (bacharelado) e Música e formação de professores (licenciatura) por Região - 2020. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Inep (2022).

As Unidades Federativas por região que ofertam a maior quantidade de cursos de bacharelado e licenciatura, nas modalidades presencial e a distância, são: no Norte, o estado do Amazonas (AM), com 7 cursos; no Nordeste, o estado da Bahia (BA), com 14 cursos; no Sudeste, o estado de São Paulo (SP), com 35 cursos; no Sul, o estado do Paraná (PR), com 20 cursos; e no Centro-oeste, o estado de Goiás (GO), com 10 cursos.

As matrículas dos cursos de bacharelado e licenciatura são apresentadas no Gráfico 7 abaixo:

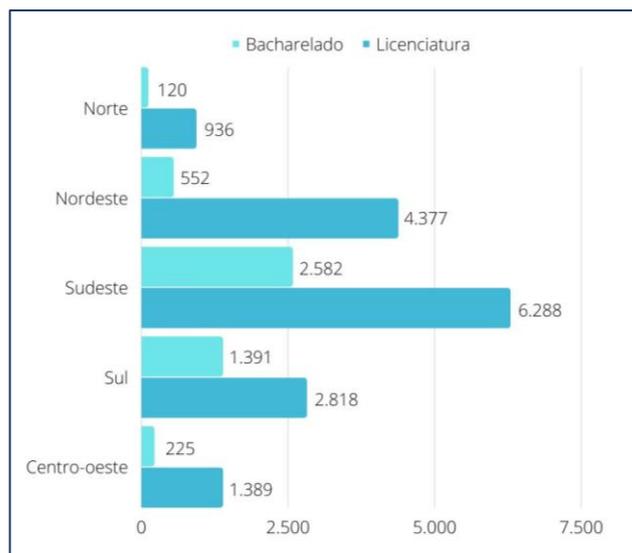


Gráfico 7: Número de matrículas dos cursos de Música por região - 2020. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Inep (2022).

A região Sudeste lidera o número de matrículas nos cursos presenciais e a distância, de licenciatura e bacharelado em Música. O menor número de matrículas nos cursos analisados está concentrado na região Norte. É importante que, ao analisar os dados com maior profundidade nas regiões, seja considerado o número de ingressantes nas IES da região, bem como seu número de habitantes, para uma compreensão abrangente dos dados apresentados no Censo.

A última pesquisa sobre o número populacional por região, levantado pelo IBGE no Censo Demográfico, data de 2010. O Censo Demográfico é realizado a cada dez anos e, dado o cenário de pandemia causado pela Covid-19, não foi feito em 2020. No entanto, cabe destacar que, combinado ao cenário de dificuldades da pandemia, o Brasil atravessa profundas crises políticas com projetos sistemáticos de corte orçamentário em áreas sociais, como o levantamento de dados da população, imprescindível para a elaboração, acompanhamento, implementação e avaliação de políticas públicas.

O Gráfico 8 dispõe do número total de concluintes dos cursos de graduação em Música nas instituições públicas e privadas, nas modalidades presencial e a distância:

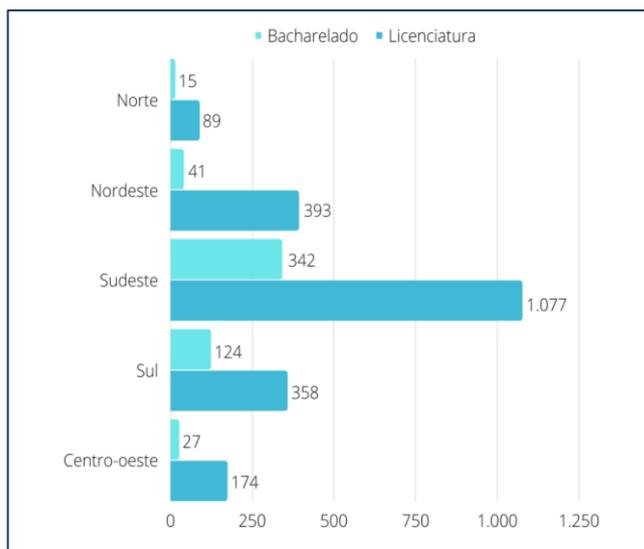


Gráfico 8: Número de concluintes dos cursos de Música por região - 2020. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Inep (2022).

Os dados indicam que a dinâmica do número de concluintes dos cursos de Música é semelhante ao movimento mais geral dos demais cursos das IES, com um número bem maior de matrículas comparado aos números de concluintes dos cursos. A região com maior índice de conclusão, tanto de cursos de bacharelado quanto de cursos de licenciatura, é a Sudeste.

Para uma maior compreensão e futuras análises dos dados, elaboramos gráficos comparativos (Gráfico 9 e 10) com o número de matrículas *versus* o número de conclusão dos cursos de licenciatura e bacharelado em Música no Brasil, em 2020.

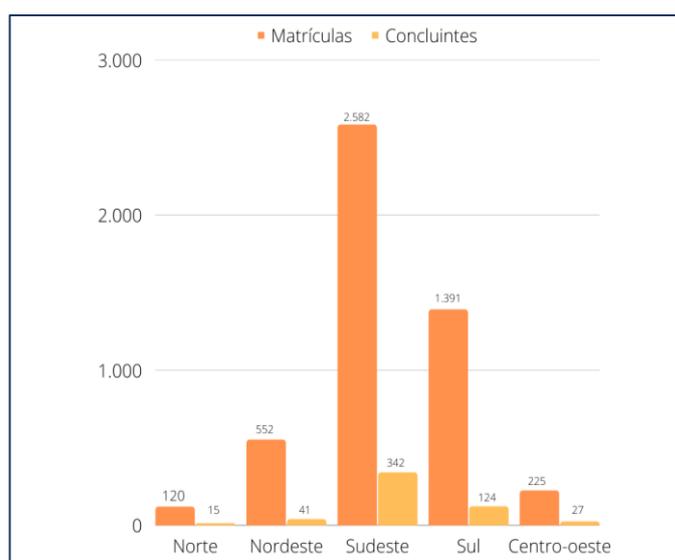


Gráfico 9: Número de matrículas *versus* número de concluintes dos cursos de bacharelado em Música por região - 2020. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Inep (2022).

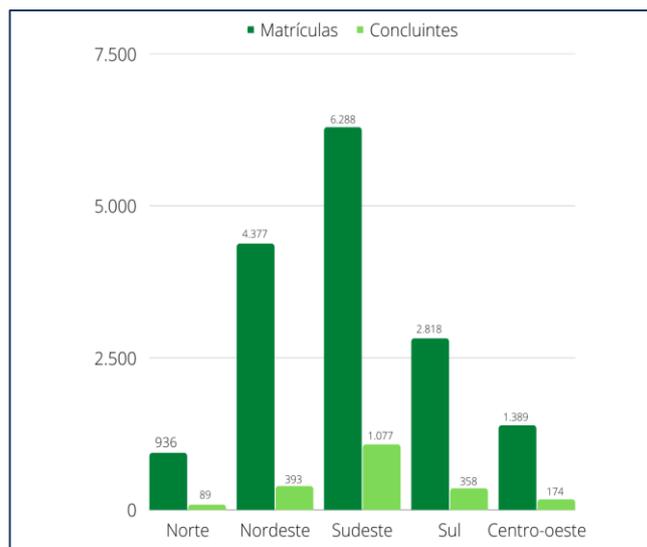


Gráfico 10: Número de matrículas *versus* número de concluintes dos cursos de licenciatura em Música por região - 2020. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Inep (2022).

A relação dos dados de ingressantes com os dados de concluintes nos cursos de Música revela uma alta taxa de evasão, abandono, desligamento ou transferência para outros cursos na mesma IES ou transferência para outras IES. É fundamental que os cursos de Música avaliem esse quadro em suas instituições a fim de compreendermos melhor, no âmbito nacional, as principais motivações para esses resultados, incluindo a avaliação dos últimos 4/5 anos, que é o tempo médio de formação, para tornar-se possível a comparação com dados dos ingressantes e dos concluintes.

Ainda, atrelado a esse levantamento, as discussões sobre o tema podem ser combinadas com pesquisas sobre políticas de permanência estudantil para o quadro discente do curso; perfil dos discentes e docentes desses cursos; estrutura curricular (currículo formal, currículo oculto e currículo em ação) e sua relação com o desenvolvimento educacional dos alunos, bem como sobre o trabalho com ofertas de projetos de ensino, pesquisa e extensão (no caso das universidades e centros universitários) no fortalecimento da identidade dos cursos de formação em Música no Brasil.

Podemos destacar também a necessidade emergente da participação mais efetiva da área nessa realidade e da necessidade de a área se inserir cada vez mais nos processos de definição e implementação da avaliação educacional (Queiroz, 2012). Dessa forma, “a área precisa consolidar uma cultura de participação das

políticas públicas, gerando, conseqüentemente, maior interesse dos seus profissionais pelo tema e pelos seus desdobramentos na educação nacional” (Queiroz, 2012, p. 44).

Considerações finais

Os principais indicadores dos cursos de graduação em Música no Brasil, após descrevermos e analisarmos brevemente os dados estatísticos da educação superior divulgados pelo Censo - 2020 (Inep, 2022a), apresentaram um perfil localizado em cinco pontos, revelando que: i) a quantidade de cursos de licenciatura em Música é maior do que o dobro do número de cursos de bacharelado em Música, no Brasil; ii) os cursos de licenciatura e bacharelado em Música concentram-se nas IES públicas; iii) os cursos de bacharelado nas IES públicas apresentam-se em uma quantidade superior ao dobro desses cursos nas IES privadas; iv) o número de cursos de licenciatura em Música nas IES públicas e privadas são próximos, bem como o número de matrículas; v) o número de concluintes nas IES públicas é maior no bacharelado em Música e menor nas licenciaturas.

Considerando-se que o artigo não pretendeu analisar de forma aprofundada todos os dados do Censo da Educação Superior - 2020 (Inep, 2022a) para os cursos de graduação em Música no Brasil, apontamos a necessidade de desenvolvimento de outras pesquisas sobre a quantidade de cursos presenciais e a distância, em separado, levando em conta os dados mais gerais das IES sobre a expansão da modalidade EaD na última série histórica.

Esses dados podem ser coletados por meio do e-MEC, onde é possível pesquisar a oferta de cursos com a instituição de vínculo, a sigla da instituição, o nome do curso, o grau acadêmico (licenciatura ou bacharelado), a modalidade (presencial ou a distância), índices (Conceito de Curso - CC, Conceito Preliminar de Curso - CPC, Exame Nacional de Desempenho do Estudante - Enade, Índice Geral de Cursos - IGC, Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado - IDD), dados sobre vagas anuais e data de início do curso.

Com a pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, os dados apresentados nesta pesquisa certamente possuem uma nova dimensão nos anos de 2021 e 2022, o que indica a necessidade de outras publicações sobre esse quadro, comparando-se os

impactos dessa tragédia no mundo para o cenário educacional. Consideramos, com base nos dados apresentados de oferta dos cursos majoritariamente nas IES públicas, que a abordagem sobre financiamento é precípua para compreender o quadro dessas graduações na esfera pública. Farage e Duarte (2022) apontam alguns desafios para o retorno presencial e o financiamento da educação superior, destacando que, no caso das IES federais, "a realidade foi de uma queda real, despencando de R\$ 8,3 bilhões, em 2017, para R\$ 6,7 bilhões, em 2020, acumulando redução de 18,3%" (Farage; Duarte, 2022, p. 10).

O impacto da pandemia, portanto, atingiu além do ensino nas IES públicas, profundas repercussões nas agências de fomento à pós-graduação *stricto sensu* e de ciência e tecnologia, com destaque para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI). Esse drástico cenário tem afetado a realização de pesquisas na área da Música, o número de projetos e eventos com financiamento público, bem como os aspectos mais gerais sobre o funcionamento cotidiano dos cursos de graduação e pós-graduação em Música no Brasil. Cenários assim incidem nos dados apresentados sobre o panorama dos cursos de Música no país, sobretudo no que diz respeito ao acesso, permanência e conclusão da formação acadêmica.

Por fim, pesquisas mais ampliadas sobre essa temática podem versar sobre as seguintes dimensões: i) relação de cursos presenciais e a distância por região e UF; ii) as UF que possuem um percentual menor e maior de matrículas e número de concluintes nos cursos de bacharelado e licenciatura em Música; iii) as relações de número de habitantes, número de ingressantes nas IES por número de matrículas, taxas de conclusão, dentre outros indicadores; iv) a relação do número de docentes por quantidade de alunos nos cursos de graduação em Música; v) o percentual de titulação dos docentes nos cursos de Música; vi) nos dados das IES públicas, análises sobre o número de cursos nas IES federais, estaduais e municipais; vii) a análise do perfil discente nas matrículas e conclusões a partir do gênero, raça e situação socioeconômica; viii) pesquisas que analisem os dados comparativos por demarcação temporal (últimos cinco/dez anos, por exemplo); ix) dados dos cursos EaD nas IES públicas e seus conceitos de avaliação; x) análise das políticas de permanência estudantil nos cursos de Música (licenciatura e bacharelado); xi) crescimento dos

cursos de Música nas IES públicas e privadas; e, xii) a relação da oferta de cursos de Música nas cidades que não são capitais, incluindo a discussão sobre multicampia e expansão da educação superior.

Esse é um desafio, no âmbito da pesquisa, que corrobora com o compromisso ético-político de pesquisadores na área na consolidação de uma formação em Música com qualidade social, a partir da responsabilidade coletiva.

Referências

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/NGJT56LBxz9VCDCp7gr86Tf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Resolução n. 2, de 8 de março de 2004. *Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música e dá outras providências*. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior – CNE/CES, 2004a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES02-04.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. O ensino superior privado-mercantil em tempos de economia financeirizada. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil - o ProUni e o FIES como financiadores do setor privado. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 04, p. 49-72, out.-dez., 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/jZMkgMgTyb7rmjtqTVczXBj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 28 jul. 2022.

COUTINHO, Raquel Avellar. *Formação superior e mercado de trabalho: considerações a partir das perspectivas de egressos do Bacharelado em Música da UFPB*. João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7491/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FARAGE, Eblin; DUARTE; Emerson. Desafios do retorno presencial e do financiamento do ensino superior público: lutar e resistir para não “passar a boiada”. *Universidade e Sociedade*, Brasília, n. 70, p. 8 - 19, jan.-jul, 2022.

HENTSCHKE, Liane. Dos ideais curriculares à realidade dos cursos de música no Brasil. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 8, 53-56, mar. 2003. Disponível em:

<<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/416/343>>. Acesso em: 10 out. 2022.

HOFFMANN, Ivan Londero; NUNES, Raul Ceretta; MULLER, Felipe Martins. As informações do Censo da Educação Superior na implementação da gestão do conhecimento organizacional sobre evasão. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 26, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/gp/a/jTHRQbfrKyzytpm4SHNTSKn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da Educação Superior*. Brasília: Inep, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 29 jul. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2020*. Brasília: Inep, 2022b. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020*. Brasília: Inep, 2022c. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2020.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MARINGONI, Gilberto (org.). *O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo, Olho d'Água/Fepesp, 2017.

MATEIRO, Teresa. Uma análise de projetos pedagógicos de licenciatura em música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 22, 57-66, set. 2009. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/464>>. Acesso em: 10 out. 2022.

OLIVEIRA, Mário André Wanderley. *Motivação na formação inicial: um estudo com licenciandos em música no Brasil*. 2015. Tese (Doutorado em Música). Programa de Pós-Graduação em Música – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/128030>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PEREIRA, Marcos Vinícius Medeiros. Das relações entre o currículo prescrito e o currículo avaliado: reflexões sobre a formação do professor de música no Brasil. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, SP, v. 7, p. e021036, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8659190>>. Acesso em: 4 jan. 2023.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. A educação musical no Brasil do século XXI: articulações do ensino de música com as políticas brasileiras de avaliação educacional. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 20, n. 28, p. 35-46, 2012. Disponível em:

<<http://www.abemeduacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/102/85>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Traços de colonialidade na educação superior em música do Brasil: análises a partir de uma trajetória de epistemicídios musicais e exclusões. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 25, n. 39, p. 132-159, jul./dez. 2017.

Disponível em:

<<http://www.abemeduacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/726/501>>. Acesso em: 15 out. 2022.

SAMPSEL, Laurie J. *Music Research: A handbook*. New York, NY: Oxford University Press, 2009.

SANTOS, Eurides de Souza; SODRÉ, Luan; SANTOS, Marcos (Org.). *Música e Pensamento Afro-diaspórico*. 1. ed. Salvador: Diálogos Insubmissos, 2022. v. 1, 574p.

Disponível em:

<<https://www.anppom.com.br/ebooks/index.php/pmb/catalog/view/36/15/149-1>>.

Acesso em: 23 dez. 2022.

Micael Carvalho dos Santos é Professor de Música do Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É mestre em Educação pela UFMA, licenciado em Música pela mesma universidade e especialista em Educação Musical pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Desenvolve estudos nas áreas de políticas públicas de educação, formação docente em música, currículo e educação musical, educação musical escolar, culturas populares e manifestações culturais maranhenses. É membro associado do Fórum Latino-Americano de Educação Musical (Fladem Brasil) e da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM). Foi Coordenador Regional Nordeste (2017-2020) e Coordenador de Comunicação (2020) do Fladem Brasil e integrante do Conselho Fiscal da Associação Maranhense de Arte-Educadores - AMAE (2018-2020). Atualmente é vice-presidente do Fladem Brasil.

Revista da Abem

Volume 31 - Ano 2023

revistaabem@abemeduacaomusical.com.br